

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nome da Unidade Jurisdicionada (UJ):

Natureza jurídica: Fundação

Exercício da Prestação de Contas: 2021

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE QUADROS	6
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)	7
1.1 Identificação.....	7
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	7
1.3 Informações gerais.....	7
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	12
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	12
3 ÁREA OPERACIONAL	16
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/ compromisso(s)/programa(s).....	16
4 ÁREA ADMINISTRATIVA	32
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	32
4.2 Área patrimonial.....	38
5 ÁREA DE PESSOAL	39
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	39
6 CONTROLE INTERNO	42
7 CONTROLE EXTERNO	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Apropriação de Custos Públicos
AGE	Auditoria Geral do Estado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GCC	Gestão de Contas de Consumo Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAF	Diretoria Administrativa e Financeira
DCTF	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DG	Diretoria Geral
DOE	Diário Oficial do Estado
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
GCC	Gestão de Contas de Consumo Público
IES	Instituições de Ensino Superior
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
INCTs	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISS	Imposto Sobre Serviços
LOA	Lei Orçamentária Anual
LCP	Lei Complementar
MS	Ministério da Saúde
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAOE	Projeto/ Atividade/ Operações Especiais
PPA	Plano Plurianual
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PPSUS	Programa Pesquisa para Sistema Único de Saúde
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo

SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SDC	Superintendência Desenvolvimento Científico
SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEIBAHIA	Sistema Eletrônico de Informações
SIAP	Sistema de Administração de Patrimônio
SICONV	Sistemas de Convênios
SIGA	Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa
SIMPAS	Sistema Integrado de Material Patrimônio e Serviços
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SISCT	Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita	12
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	12
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	13
TABELA 4	Execução da despesa por programa	13
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa	13
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa	14
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	15
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria	15
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	32
TABELA 10	Contratos firmados no exercício	33
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	34
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores	34
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	34
TABELA 14	Convênios de captação	35
TABELA 15	Convênios de repasse	34
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração	37
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	38
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário.....	38
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação	40
TABELA 20	Cargos comissionados.....	40
TABELA 21-A	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais	40
TABELA 21-B	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais	40
TABELA 22	Detalhamento da remuneração dos diretores.....	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	7
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	9
QUADRO 3	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s).....	17
QUADRO 4	Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ.....	18
QUADRO 5	Evolução das metas dos compromissos/programa a cargo da UJ.....	21
QUADRO 6	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa a cargo da UJ.....	26
QUADRO 7	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	27
QUADRO 8	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa.....	29
QUADRO 9	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	34
QUADRO 10	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	36
QUADRO 11	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	37
QUADRO 12	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	38
QUADRO 13	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	39
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	40
QUADRO 15	Movimentação de pessoal no exercício.....	41
QUADRO 16	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	43
QUADRO 17	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	44
QUADRO 18	Recomendações dos demais órgãos de controle.....	46

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia / Fapesb

Poder: Executivo

CNPJ: 04.902.299/0001-20

Vinculação: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação/SECTI

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Marcio Gilberto Cardoso Costa

Período de gestão: 11/05/2019 até a presente data.

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A Fapesb tem por objetivo a formação e qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação e a manutenção de pesquisa no estado da Bahia.

A Fundação foi criada através da Lei nº. 7.888 de 27 de agosto de 2001 e alterada pela Lei nº. 10.216 de 26 de junho de 2006.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
	Resoluções do Conselho Curador
Lei Estadual nº. 11.174/2008 e Lei Federal nº. 10.973/2004	Dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo e dá outras providências.
Lei Federal nº. 13.243/2016	Marco legal Federal em CTI - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação
Lei Estadual nº 14.315/2021	Marco legal Estadual em CTI - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação do sistema produtivo no Estado.

Fonte: Portal Fapesb

Importante registrar a publicação no DOE de 18 de junho de 2021 do novo Marco Legal Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I, Lei nº 14.315, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo do Estado, em consonância com as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, na Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, nos arts. 265 e 268, ambos da

Constituição Estadual, e nos arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A, todos da Constituição Federal.

A Lei nº 14.315/2021 ainda não foi regulamentada, mas representa um grande avanço na legislação voltada para a CT&I, objeto de atuação da Fapesb.

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional



Desde a sua criação, o estatuto e o regimento da Fundação não sofreram alteração. Contudo, o quantitativo de cargos foi reduzido por força da reforma administrativa no estado da Bahia (Lei nº. 14.032/2018) que extinguiu um cargo de diretor símbolo DAS-2B e pela assunção da PGE que extinguiu o cargo de Procurador Chefe DAS-2C na Fundação que foi remanejado para a estrutura da PGE.

Em razão da extinção do cargo de Diretor supramencionado, a atual Gestão da Fapesb decidiu pela fusão das atividades desenvolvidas pelas unidades finalísticas DC e DI, enquanto não ocorrer a atualização do estatuto e do regimento da instituição. Além disso, para um melhor desempenho e eficiência organizacional da Fundação, foram criados o Programa de Bolsas vinculado à Diretoria Científica e de Inovação – DCI e o Setor de análise de Prestação de Contas dos instrumentos de captação e de repasse fazendo parte da estrutura da Diretoria Administrativa e Financeira.

Neste exercício, a Fundação instituiu um grupo de trabalho através de Portaria Conjunta FAPESB/SECTI/PGE (nº 001/2021) com o intuito de promover os ajustes necessários no Estatuto e Regimento da Fapesb, em consonância com a legislação vigente, em especial, a Lei nº 14.315/2021.

1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
Conselho Curador	Órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior da Fapesb.	Aprovar e formular as políticas, critérios e normas que orientam a concessão de apoio técnico e financeiro; aprovar o relatório de gestão, inclusive a prestação de contas, os demonstrativos contábil, financeiro e patrimonial e dos relatórios de atividades anuais, com vistas à verificação de resultados; acompanhar e avaliar o desempenho da Fundação.
Procuradoria Jurídica	Exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico da Fapesb, mediante vinculação técnica à Procuradoria Geral do Estado.	Promover a defesa da Fapesb, em qualquer instância, em processo no qual a mesma for autora, ré ou terceira interveniente; pronunciar-se sobre os assuntos de natureza jurídica ou administrativa, emitindo parecer; recomendar ao Diretor Geral as providências de natureza jurídica necessárias à aplicação das leis; colaborar na elaboração e analisar minutas de portarias, resoluções, contratos, convênios, acordos, normas técnicas, exposições de motivos, memoriais e outros documentos que envolvam matérias jurídicas; analisar as minutas dos editais de licitações, nacionais e estrangeiras, e pronunciar-se quanto ao seu aspecto legal e institucional.
Controle Interno	Assessorar a Diretoria Geral na tomada de decisões.	I - planejar, executar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de controle interno, no âmbito do órgão ou entidade; II - adequar o planejamento e a execução de suas atividades às orientações técnicas que forem emanadas da Auditoria Geral do Estado - AGE; III - encaminhar a AGE relatórios das atividades de controle interno realizadas no respectivo órgão ou entidade, quando solicitado; IV - propor a AGE medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes ao controle interno, com vistas à prevenção de erros e à racionalização na utilização de recursos públicos; V - cooperar com a AGE nas auditorias que forem desenvolvidas nas unidades do respectivo órgão ou entidade; VI - acompanhar e controlar a implementação de providências recomendadas pela AGE, pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de fiscalização e controle; VII - orientar o gestor do órgão ou entidade em assuntos de competência de controle interno; VIII - orientar os demais gestores de bens e recursos públicos, bem como os responsáveis por contratos e convênios, nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre o acompanhamento e a forma de prestação de contas; IX - dar ciência imediata ao dirigente máximo do órgão ou entidade da ocorrência de irregularidades que impliquem lesão ou risco de lesão ao patrimônio público, com vistas à adoção das medidas pertinentes, inclusive a apuração da responsabilidade dos envolvidos; X - auxiliar o órgão ou entidade na elaboração da prestação de contas, a ser apresentada anualmente ao Tribunal de Contas do Estado; XI - desenvolver outras atividades correlatas.
Diretoria Geral	Dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da Fapesb.	Representar a Fapesb, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, inclusive, celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes e outros instrumentos legais; firmar termos de concessão de auxílios; expedir os atos administrativos de competência da Fapesb; remeter ao TCE a prestação de contas da Fapesb, referente ao exercício anterior; submeter ao Conselho Curador os relatórios de atividades da Fapesb; autorizar a abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, sempre com a assinatura conjunta do Diretor Administrativo-Financeiro; assinar e endossar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, duplicatas, notas promissórias e outros títulos de créditos; constituir comissões, grupos de trabalho, aprovar editais e resultados de licitações; praticar atos de gestão de recursos humanos, nomear, exonerar, promover e praticar atos correlatos; promover e controlar a aplicação de recursos destinados às atividades da Fapesb; homologar e dispensar licitações.

Assessoria Técnica	Desempenhar atividades de planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, modernização administrativa e avaliação institucional.	Assessorar a formulação de políticas, diretrizes e definição de prioridades; coordenar a elaboração do plano de trabalho; assessorar o Diretor Geral na formulação dos planos, programas e projetos e na formulação, celebração e acompanhamento de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; consolidar as informações fornecidas pelos órgãos que integram a Fapesb, para elaboração dos relatórios de atividades; elaborar, em articulação com a Diretoria Administrativo-Financeira - DAF, as propostas orçamentárias da Fapesb; acompanhar e avaliar os planos, programas, projetos e atividades em execução; promover a identificação de agências e fontes de financiamento para captação de recursos financeiros destinados à implantação de programas e projetos da Fapesb, em articulação com a DAF; acompanhar, em articulação com a DAF, a prestação de contas relativas a convênios, acordos e contratos celebrados; desenvolver, coordenar, implantar e acompanhar, em articulação com a DAF, ações que promovam a modernização de sistemas administrativos, normatização, reestruturação organizacional e avaliação institucional.
Diretoria Científica	Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à ciência da Fapesb.	Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à ciência da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre ciência; elaborar relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral a criação de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas e apresentar sugestões de nomes de especialistas para a sua composição; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.
Diretoria de Inovação	Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb.	Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre tecnologia e inovação; elaborar e participar de relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral sugestões de nomes de especialistas de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.

<p>Diretoria Administrativa Financeira</p>	<p>Executa as atividades de administração geral, orçamentária, financeira e contábil da Fapesb.</p>	<p>Executar e controlar as atividades de administração de pessoal da Fapesb; preparar o expediente necessário à aquisição de bens, de acordo com a legislação pertinente; zelar pela guarda do material armazenado; encaminhar à Coordenação Financeira as aquisições, autorizações de fornecimento e notas fiscais dos materiais adquiridos; efetuar o controle físico-financeiro do material estocado; elaborar balancetes mensais e inventário anual de material; promover o cadastramento e tombamento dos bens móveis e imóveis, inspecionando as condições e uso, bem como o controle de sua utilização; executar e controlar os serviços de expedição, recebimento, distribuição e tramitação de documentos; supervisionar os serviços de portaria, telefonia, refeitório dos servidores, copa, zeladoria, vigilância, limpeza, manutenção e conservação do prédio; organizar e manter atualizado o cadastro dos veículos e equipamentos da Fapesb; programar, fiscalizar e controlar a utilização, movimentação, manutenção, recolhimento e regularização dos veículos; adquirir, registrar, classificar, catalogar e conservar o acervo bibliográfico e documental de interesse da Fapesb; desenvolver e implantar, em articulação com a Assessoria Técnica, ações que promovam a racionalização de práticas e sistemas administrativos, normatização e reestruturação organizacional e avaliação institucional; efetuar a classificação dos documentos contábeis, de acordo com o Plano de Contas; efetuar o acompanhamento, o registro analítico e a conciliação mensal das contas bancárias; executar a escrituração contábil da Fapesb e proceder à contabilização orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar balancetes e balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como demonstrativos contábeis, necessários à prestação de contas da Fapesb; proceder ao controle contábil dos depósitos, cauções, fianças bancárias e de qualquer outro ingresso; efetuar a liquidação da despesa e os respectivos registros contábeis; acompanhar e controlar a execução financeira do orçamento da Fapesb; acompanhar a execução de convênios, acordos, contratos e aditivos, mediante relatórios mensais da posição financeira e dos registros orçamentários de cada um; orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios; administrar e controlar a atuação da Ouvidoria da Fapesb; propor, organizar e administrar métodos de melhoria contínua da Comunicação Interna.</p>
---------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Resolução n°. 01/2006, aprovada pelo Decreto n°. 10.065 de 01/08/2006.

Nota: áreas estratégicas são as unidades mais importantes, dentre aquelas do organograma.

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

O orçamento da Fapesb, correspondente a 1% da Receita Tributária Líquida do Estado, foi aprovado através da Lei nº 14.291 de 18 de janeiro de 2021 (Lei do Orçamento Anual – LOA), no valor inicial de R\$ 137.482.720,00. Após cortes orçamentários, sofreu uma redução de R\$ 70.607.828,00, finalizando o exercício com o valor de R\$ 66.874.892,00.

Deste orçamento final, conforme se depreende da análise da Tabela 4, a Fundação empenhou R\$ 60.658.731,45 (90,70%), sendo:

- R\$ 53.603.774,93 (88,37%) no Programa 301 - Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento (projetos de pesquisa e bolsas);
- R\$ 6.786.418,88 (11,19%) no Programa 502 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo (custeio e pessoal). Deste montante, R\$ 3.960.209,39 foram referentes a custo de pessoal e encargos, o que corresponde a 6,53% do orçamento executado;
- R\$ 154.132,93 (0,25%) no Programa 315 – Gestão Governamental.
- R\$ 108.251,42 (0,18%) no Programa 900 – Operação Especial do Poder Executivo (devolução de saldo de convênios federais finalizados);
- R\$ 6.153,29 (0,01%) no Programa 314 – Segurança Pública e Defesa Social (compras de materiais e fomento a projetos de pesquisa para enfrentamento da pandemia covid 19).

TABELA 1 – Execução da receita - Não se aplica

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
Total				

Fonte:

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

R\$1,00

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização Concedida
Código	Descrição	Inicial	Atual				
28201	FAPESB	137.482.720,00	66.874892,00	60.658.731,45	60.358.731,45	60.537.922,91	277.328,65
Total		137.482.720,00	66.874892,00	60.658.731,45	60.358.731,45	60.537.922,91	277.328,65

Fonte: FIPLAN / PLAN 60

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
19	Ciência e Tecnologia	13.482.720,00	66.766.640,00	60.550.480,03	60.550.480,03	60.429.671,49
28	Encargos Especiais	0,00	108.252,00	108.251,42	108.251,42	108.251,42
Subtotal		132.482.720,00	66.874.892,00	60.658.731,45	60.658.731,45	60.537.922,91

Fonte: FIPLAN / PLAN 60

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
301	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento.	120.280.720,00	57.862.303,00	53.603.774,93	53.603.774,93	53.603.774,93
314	Segurança Pública e Defesa Social	0,00	20.000,00	6.153,29	6.153,29	6.153,29
315	Gestão Governamental	4.200.000,00	201.213,00	154.132,93	154.132,93	153.776,93
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	13.002.000,00	8.683.124,00	6.786.418,88	6.786.418,88	6.695.306,34
900	Operação Especial do Poder Executivo	0,00	108.252,00	108.251,42	108.251,42	108.251,42
Subtotal		137.482.720,00	66.874.892,00	60.658.731,45	60.658.731,45	60.537.922,91

Fonte: FIPLAN / PLAN 60

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$1,00

Categoria econômica/ Grupo		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
1	Pessoal e Encargos Sociais	5.089.000,00	5.089.000,00	3.960.209,39	3.960.209,39	3.895.599,73
3	Outras Despesas Correntes	103.986.720,00	56.860.377,00	53.830.380,85	53.830.380,85	53.779.811,97
4	Investimento	28.407.000,00	4.925.515,00	2.868.141,21	2.868.141,21	2.862.511,21
Subtotal		137.482.720,00	66.874.892,00	60.658.731,45	60.658.731,45	60.537.922,91

Fonte: FIPLAN/ PLAN 28

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$1,00

Elemento de Despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
08	Outros Benefícios Assistenciais	12.000,00	12.000,00	788,06	788,06	788,06
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.740.000,00	3.690.000,00	3.267.443,01	3.267.443,01	3.237.685,82
13	Obrigações Patronais	919.000,00	969.000,00	672.937,82	672.937,82	638.085,35
14	Diárias - Pessoal Civil	60.000,00	858,00	858,00	858,00	858,00
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	430.000,00	430.000,00	19.828,56	19.828,56	19.828,56
18	Auxílio Financeiro a Estudante	50.000.000,00	40.508.682,00	40.430.389,03	40.430.389,03	40.430.389,03
20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	63.430.720,00	13.605.245,00	11.629.212,18	11.629.212,18	11.599.872,18
30	Material de Consumo	351.000,00	51.538,00	42.463,29	42.463,29	42.463,29
33	Passagens e Despesas com Locomoção	240.000,00	61.553,00	61.552,08	61.552,08	61.552,08
35	Serviços de Consultoria	180.000,00	30.000,00	27.200,00	27.200,00	26.844,00
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	246.000,00	145.604,00	29.619,00	29.619,00	29.619,00
37	Locação de Mão-de-Obra	1.560.000,00	1.150.068,00	1.132.806,08	1.132.806,08	1.106.303,20
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.265.000,00	987.348,00	408.214,64	408.214,64	408.214,64
40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	4.388.000,00	816.237,00	793.271,95	793.271,95	793.271,95
41	Contribuições	2.810.000,00	489.600,00	364.832,28	364.832,28	364.832,28
42	Auxílios	4.040.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
45	Subvenções Econômicas	3.120.000,00	1.572.401,00	1.074.020,76	1.074.020,76	1.074.020,76
46	Auxílio Alimentação	180.000,00	180.000,00	107.793,70	107.793,70	107.793,70
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	120.000,00	166.532,00	72.916,86	72.916,86	72.916,86
49	Auxílio Transporte	191.000,00	194.733,00	36.611,63	36.611,63	36.611,63
52	Equipamentos e Material Permanente	200.000,00	1.436.524,00	137.625,42	137.625,42	137.625,42
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	267.217,00	239.688,02	239.688,02	239.688,02
93	Indenizações e Restituições	0,00	108.752,00	108.659,08	108.659,08	108.659,08
Total		137.482.720,00	66.874.892,00	60.658.731,45	60.658.731,45	60.537.922,91

Fonte: FIPLAN/ PLAN 28

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização recebida
Código	Descrição				
0000	FAPESB	0,00	0,00	0,00	0,00
0001	FAPESB EXECUTORA	60.658.731,45	60.658.731,45	60.637.922,91	0,00
Total		60.658.731,45	60.658.731,45	60.637.922,91	0,00

Fonte: FIPLAN/ PLAN 28

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
0001	FAPESB EXECUTORA	239.688,02			
Total		239.688,02	0,00	0,00	239.688,02

Fonte: FIPLAN / PLAN 60

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL

No exercício de 2021, a gestão da Fapesb enfrentou um cenário de restrição de despesas tanto no âmbito estadual, quanto no federal, em especial, em razão dos decretos de contingenciamento de gastos para enfrentamento da pandemia covid-19 e que impactaram diretamente o alcance das metas dos compromissos e resultados das ações orçamentárias.

Neste sentido, no exercício em curso, a aplicação dos recursos destinados ao fomento obedeceu às determinações impostas pelo decreto estadual nº 18.551/2020 para gestão das despesas e controle de gastos de custeio e pessoal, para enfrentamento da pandemia, bem como aos princípios da eficiência e economicidade e às legislações estadual e federal, em especial, às leis nº 8.666/1993 e nº 9.433/2005 e a lei de responsabilidade fiscal (LCP nº 101/2000).

A Fundação priorizou o pagamento de bolsas de pesquisa e de projetos contratados em exercícios anteriores e buscou contribuir de forma significativa com ações estratégicas para o estado, que incluem o fomento aos cursos de pós-graduação, o fortalecimento dos acordos de cooperação nacional e internacional, o fomento à pesquisa e inovação e o aumento da eficiência na condução dos processos administrativos da Fundação conforme será descrito no item 4.1 deste relatório.

Além disso, trabalhou na implementação dos processos de tomada de decisão pautados em dados e fluxo de processos, considerando os diferentes atores envolvidos, e na utilização racional dos recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, visando alcançar melhores resultados quantitativos e qualitativos no desempenho das suas funções.

Todos os resultados quanto à atividade-fim da Fapesb foram obtidos com baixos custos operacionais, o que pode ser considerado uma das garantias de sucesso no cumprimento de sua função de fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no estado da Bahia.

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores

O indicador I1439 – publicações indexadas apoiadas pela Fapesb por milhão de habitantes tem sua forma de cálculo realizada da seguinte forma: número de publicações indexadas na base “web of Science” com apoio da Fapesb dividido pelo número total de habitantes da Bahia e esse resultado é multiplicado por 1.000.000. A evolução do indicador, conforme se depreende da análise do quadro 3, foi motivada pelo investimento em CT&I que tem propiciado o aumento do número de publicações indexadas com o apoio da Fapesb em relação ao número total de habitantes do estado da Bahia.

QUADRO 3 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2020-2023)
				1º ano (2020)	2º ano (2021)	3º ano (2022)	4º ano (2023)	
Programa: 301 – Ciência, Tecnologia e Inovação								
1439 - Publicações indexadas apoiadas pela Fapesb por milhão de habitantes	/1.000.000	31,33	2019	-	32,48	-	-	-

Fonte: Fiplan, menu Planejamento – Monitoramento e Avaliação (M&A) – M&A 2020-2023 – Avaliação – M&A 105 - Relatório de Avaliação de Desempenho - PPA 2020-2023 - ANO II - 2021

Notas:

⁽¹⁾ Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

QUADRO 4 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ – Não se aplica

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2016-2019)
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa								
Programa								

Fonte:

Nota:

(1) Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.

3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos

No PPA 2020-2023, a Fundação é responsável por três metas no Programa 301 – Ciência, Tecnologia e Inovação: Metas 1 e 2 do Compromisso 2 e Meta 2 do Compromisso 5. A execução física das Metas 1 e 2 do Compromisso 2, em relação ao pactuado para 2021, foi superada. A execução física da Meta 2 do Compromisso 5 foi bastante prejudicada, em virtude dos impactos causados pela pandemia do Covid-19, período de restrições impostas por diversos decretos estaduais que estabeleceram medidas de contenção de despesas e de dificuldades na obtenção de concessão em despesas de capital, inviabilizando o lançamento de edital de infraestrutura de pesquisa.

Diante das situações desafiadoras do momento, a Fapesb precisou rever o planejamento de suas ações para equilibrar as contas no sentido de cumprir com os acordos firmados em exercícios anteriores e atender as demandas do governo do estado, com vistas ao enfrentamento da pandemia. Igualmente, precisou articular-se com os órgãos competentes de governo para atender as solicitações de prorrogações das bolsas cujas pesquisas foram atingidas pela pandemia em razão das dificuldades de deslocamento dos bolsistas às instalações dos cursos e laboratórios.

Programa 301 - Compromisso 2 – Meta 1: Fomentar a ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável do estado. A forma de apuração da meta é o somatório de projetos fomentados, no exercício, pela Fapesb. O valor acumulado planejado para 2021 foi 85 projetos e o alcançado de 86 (vide Quadro 5). Principais ações realizadas em 2021 para atingimento desta meta:

- 61 projetos CT&I fomentados através de chamadas públicas: Edital nº 001/2019 - Centelha I (09 projetos); Edital nº 004/2019 - Pesquisa colaborativa entre as Fundações FAPESB-FAPESP nas áreas de tecnologias de informação e comunicação, energias renováveis e eficiência energética (02 projetos); Edital nº 005/2019 - Apoio à pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação em doenças e agravos prevalentes na população negra e dos povos de comunidades tradicionais com ênfase em doença falciforme (11 projetos); Edital nº 002/2020 - Programa de pesquisa para o Sistema Único de Saúde SUS - PPSUS: Gestão compartilhada em Saúde (38 projetos); 22a rodada do Programa de Cooperação Internacional "Grand Challenge Exporation", fruto de acordo de firmado entre o CONFAP e a Fundação Bill & Melinda Gates (01 projeto).

Programa 301 - Compromisso 2 – Meta 2: Promover ações de formação e capacitação em ciência, tecnologia e inovação. A forma de apuração da meta é o somatório de bolsas de pesquisa concedidas (pela Fapesb) e pessoas capacitadas (pela SDC/SECTI). O valor acumulado previsto para 2021 foi superado (vide Quadro 5). Principais ações realizadas em 2021 para possibilitar atingir esta meta:

- Concessão de 2027 novas bolsas de pesquisa a estudantes de graduação e pós-graduação "stricto sensu" nas modalidades iniciação científica, mestrado e doutorado pela Fapesb.
- Em 2021, foram capacitadas 7.244 pessoas (Atores do Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação Estadual) através dos Programas Empoderaê e Programaê da SDC/SECTI, conforme detalhes a seguir:

- Programaê: 6.717 pessoas com certificados emitidos através da Plataforma do curso:<https://www.dio.me/sign-in>. Programaê é um programa de oferta de cursos online, gratuito, para treinamento e desenvolvimento de profissionais através da plataforma de ensino online, metodologia exclusiva e a distância referentes a área da tecnologia da informação para os programas de impacto social, empreendedorismo e inovação.
- Empoderaê: 527 pessoas com certificados, através da plataforma <https://www.maismulheres.tech/p/bahia>. Empoderaê é um programa de oferta de cursos e eventos online voltados para mulheres, gratuitamente, para treinamento, mentoria de carreira e desenvolvimento de profissionais através da plataforma de ensino online, metodologia exclusiva e a distância referentes às áreas de programação, ciência de dados, gestão e produtos digitais para os programas de impacto social, empreendedorismo e inovação.

Programa 301 - Compromisso 5 – Meta 2: Fomentar projetos de infraestrutura em ciência, tecnologia e inovação. A forma de apuração é o somatório de projetos de infraestrutura fomentados. A meta planejada para 2021 não conseguiu ser atingida. Isto se deve ao fato da impossibilidade de lançamento de edital específico para apoio à infraestrutura de pesquisa em CT&I, em razão da influência de fatores conjunturais advindas da Pandemia Covid 19 que dificultaram a obtenção de concessão financeira, em especial, em despesas de capital. Entretanto, a Fundação conseguiu apoiar financeiramente 03 projetos, aprovados através do Edital nº 008/2014 - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX, através do convênio CNV 737.394/2010 firmado entre a Fapesb e o CNPq.

QUADRO 5 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ

Programa: 301 – Ciência, Tecnologia e Inovação										
Compromisso: 2 – Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do estado										
Meta: 1 – Fomentar projetos de pesquisa de natureza científica, tecnológica e de inovação										
Unidade da administração indireta vinculada: 28.201 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb										
Valor de alcance PPA (2020-2023) original: 500		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2020: 500		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2021: 500		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2022: -		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2023: -		
Regionalização⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)		2º ano (2021)		3º ano (2022)		4º ano (2023)		PPA (2020-2023)
		Planejado⁽²⁾	Apurado	Planejado⁽²⁾	Apurado	Planejado⁽²⁾	Apurado	Planejado⁽²⁾	Apurado	Apurado no quadriênio
TOTAL	Un	30	25	85	86	295	-	500	-	-
9900 – Estado		30	25	85	86	295	-	500	-	-
Meta: 2 – Promover ações de formação e capacitação em Ciência, Tecnologia e Inovação										
Unidade da administração indireta vinculada: 28.201 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb										
Valor de alcance PPA (2020-2023) original: 8.500		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2020: 8.500		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2021: 8.500		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2022: -		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2023: -		
Regionalização⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)		2º ano (2021)		3º ano (2022)		4º ano (2023)		PPA (2020-2023)
		Planejado⁽²⁾	Apurado	Planejado⁽²⁾	Apurado	Planejado⁽²⁾	Apurado	Planejado⁽²⁾	Apurado	Apurado no quadriênio
TOTAL	Un	2.100	2.097	4.400	11.368	6.450	-	8.500	-	-
9900 – Estado		2.100	2.097	4.400	11.368	6.450	-	8.500	-	-

Compromisso: 5 – Fortalecer a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado										
Meta: 2 – Fomentar projetos de infraestrutura em Ciência, Tecnologia e Inovação										
Unidade da administração indireta vinculada: 28.201 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb										
Valor de alcance PPA (2020-2023) original: 150		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2020: 150		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2021: 150		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2022: -		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2023: -		
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)		2º ano (2021)		3º ano (2022)		4º ano (2023)		PPA (2020-2023)
		Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Apurado no quadriênio
TOTAL	Un	0	1	30	4	90	-	150	-	-
9900 – Estado		0	1	30	4	90	-	150	-	-

Fonte: Relatório M&A 100 – Registros para o Monitoramento do PPA 2020 - 2023

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde à área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias

Diante da Pandemia do COVID 19, o Governo publicou diversos decretos, com o objetivo de fazer o enfrentamento da propagação do vírus no Estado. Este fator conjuntural provocou restrições na obtenção de concessão financeira em 2021, bem como redução no orçamento (atual versus inicial), impossibilitando o lançamento de importantes editais de fomento à ciência, tecnologia e inovação – CT&I e trazendo, por via de consequência, a redução na contratação de novos projetos.

Esta situação impactou diretamente o alcance das metas previstas nos compromissos e o resultado da maior parte das ações orçamentárias sob a responsabilidade da Fapesb: 5418, 5420, 5682, 5330, 5213, 5416 do Programa 301 e da ação 5214 do Programa 315 conforme se depreende da análise do Quadro 8. Em todas essas ações, houve a necessidade de descontinuar metas pactuadas na LOA 2021 no módulo de acompanhamento do Fiplan: PAOE 5418 (73), PAOE 5420 (41), PAOE 5682 (25), PAOE 5330 (01), PAOE 5213 (01), PAOE 5416 (27) e PAOE 5214 (12).

A Fapesb iniciou o exercício com um orçamento de R\$ 124.480.720,00 e finalizou com R\$ 58.083.516,00 (redução de 53,34%) nas ações de fomento à CT&I vinculadas aos Programas 301, 314 e 315. Desse montante, efetuou pagamentos no valor de R\$ 53.734.365,15, sendo: R\$ 40.844.989,03 (76,01%), na PAOE 5418, para pagamento de bolsas de pesquisa (R\$ 40.494.989,00) concedidas neste exercício e em exercícios anteriores e da primeira parcela (R\$ 350.000,00) de oito projetos aprovados no Edital CAPES nº 18/2020 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Parcerias Estratégicas nos Estados, através do Acordo de Cooperação Técnica CAPES nº 45/2021 firmado entre a Fapesb e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; R\$ 12.751.750,70 (23,73%), nas ações orçamentárias 5373, 5420, 5330, 5416, 5365 e 5214, para pagamento de projetos, bolsas vinculadas a editais de CT&I e custos de avaliação de chamadas públicas; e R\$ 137.625,42; (0,26%), na PAOE 7950, para modernização das instalações administrativas da Fapesb.

No Compromisso 2 do Programa 301, conforme Quadro 8, a Fundação é responsável por três ações orçamentárias (5373, 5418 e 5420).

Na PAOE 5373, a meta foi superada, graças a importantes parcerias com agências de fomento nacionais e internacionais, possibilitando o apoio financeiro a 52 (cinquenta e dois) projetos de CT&I, detalhados abaixo. Nesta ação, houve também o lançamento do segundo edital (nº 12/2021) para apoio à pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação em doenças e agravos prevalentes na população negra e dos povos de comunidades tradicionais, com ênfase em doença falciforme, com previsão de contratação de projetos apenas em 2022.

- 02 (dois) projetos através do Edital nº 004/2019, fruto de uma parceria entre a Fapesb e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, para a realização de pesquisas colaborativas entre pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino Superior e/ou a Instituições Científicas e/ou Tecnológicas, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, localizadas nos

estados da Bahia e de São Paulo, visando à formação e/ou ao fortalecimento de redes de pesquisa entre os citados estados da Federação, nos temas de energias renováveis, eficiência energética e tecnologia da informação e comunicação;

- 11 (onze) projetos através do Edital nº 005/2019 - Apoio à pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação em doenças e agravos prevalentes na população negra e dos povos de comunidades tradicionais com ênfase em doença falciforme;
- 38 (trinta e oito) projetos através do Edital nº 002/2020 – Programa de Pesquisa para o SUS, em parceria com o Ministério da Saúde - MS e o CNPq, visando apoiar financeiramente projetos de pesquisa que promovam a melhoria da qualidade da atenção à saúde no estado da Bahia no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS);
- 01 (um) projeto na 22ª rodada do Programa de Cooperação Internacional "Grand Challeng Exporation", fruto de acordo de firmado entre o Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa - CONFAP e a Fundação Bill & Melinda Gates.

Na PAOE 5418 foram concedidas 2027 novas bolsas de pesquisa nas modalidades de Mestrado e Doutorado para Programas de Pós-Graduação "stricto sensu" reconhecidos pela CAPES e de Iniciação Científica para alunos de graduação de Instituições de Ensino Superior - IES e Centros de Pesquisa, públicos ou privados, localizados no Estado da Bahia. Foram descontinuadas 73 (setenta e três) unidades da meta (3,48%).

Na PAOE 5420, houve a descontinuação de 41 unidades da meta (82%) e o fomento a 09 (nove) empresas de base tecnológica, através do edital nº 001/2019 - Centelha I, fruto de uma parceria entre a Fapesb e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, visando estimular o empreendedorismo inovador e apoiar a geração de empresas de base tecnológica, a partir da transformação de ideias inovadoras em empreendimentos que incorporem novas tecnologias aos setores econômicos estratégicos do estado da Bahia. Ainda nesta ação, foram lançados dois editais, o Tecnova 2 (nº 02/2021) e o Inventiva (nº 05/2021), ambos com previsão de contratação de projetos apenas em 2022.

No compromisso 3 do Programa 301, PAOE 5682, nenhum projeto foi contratado, havendo a descontinuação de 100% da meta. No final do exercício, a Fapesb lançou o Edital nº 04/2021 para apoio a eventos de popularização das ciências – POPCIÊNCIAS durante o exercício de 2022.

No compromisso 4 do Programa 301, PAOE 5330, foi descontinuada 01 (uma) unidade da meta e fomentados 09 (nove) projetos de universidades baianas, aprovados no Edital CAPES nº 04/2021, através do Acordo de Cooperação Técnica nº 1076/2021, celebrado entre a CAPES e a FAPESB, para apoio ao desenvolvimento da região semiárida brasileira.

No Compromisso 5 do Programa 301, conforme Quadro 8, existem duas ações orçamentárias (5213 e 5416) sob a responsabilidade da Fundação:

- PAOE 5213: a meta foi totalmente descontinuada em razão da falta de recursos para fomento a projeto na área de ciência, tecnologia e inovação em parque tecnológico.
- PAOE 5416: foram apoiados financeiramente 03 (três) projetos aprovados no Edital nº 08/2014 – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX com recursos oriundos do CNV 737.394/2010 firmado entre a Fapesb e o CNPq. Nesta ação, houve a descontinuação de 27 unidades da meta (90%) em razão da concessão mensal recebida pela Fundação, em especial em despesas de capital, ter sido insuficiente para viabilizar o lançamento de edital de fomento a projetos de infraestrutura de pesquisa.

No compromisso 8 do Programa 314, PAOE 5365, a meta foi atingida, através da aquisição de materiais, como álcool e *dispenser* para álcool gel hidratado, para evitar a disseminação do vírus COVID 19 nos ambientes da Fundação.

No Programa 315 – Gestão Governamental, a Fapesb possui duas ações orçamentárias, a PAOE 5214 no Compromisso 2 e a PAOE 7950 no Compromisso 12:

- PAOE 7950: meta de modernização de órgão público foi atingida através da aquisição de materiais permanentes (microcomputadores, aparelhos de ar-condicionado, cancela eletrônica, bebedouro elétrico, micro-ondas e televisores) para a Fapesb;
- PAOE 5214: foram contratados 13 (treze) projetos através do Edital Governo Inteligente I (nº 01/2021) com previsão de repasse de recursos em 2022. Nesta ação, houve o lançamento do segundo Edital Governo Inteligente (nº 07/2021) com previsão de contratação no exercício 2022. Os editais Governo Inteligente I e II visam a pesquisa e o desenvolvimento de inovação em administração pública, com recursos de subvenção econômica, oriundos do contrato de Transferência de Recursos destinados à Subvenção Econômica nº 03.10.0322.05, firmado entre Fapesb e a Finep, Programa PAPPE INTEGRAÇÃO.

QUADRO 6 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): 28201	
Programa: Ciência, Tecnologia e Inovação	Código: 301
Compromisso⁽¹⁾: 05 - Fortalecer a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado - SECTI	
Iniciativa: 4 - Fomentar projetos de infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, incentivando o compartilhamento de espaços e equipamentos, bem como a criação e a consolidação de laboratórios multiusuários e de análise e certificação de produtos.	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
5416	Apoio a Projeto de Infraestrutura de Pesquisa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação.

Unidade Orçamentária (UO): 28201	
Programa: Segurança Pública e Defesa Social	Código: 314
Compromisso⁽¹⁾: 08 - Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil com ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, assim como, atender a situações emergenciais no território baiano para garantir a integridade física do cidadão	
Iniciativa: 1 - Assistir municípios em situação de emergência ou calamidade pública	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5365	Apoio a Ações de Combate à Pandemia da Covid-19

Fonte: FIPLAN, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 004.

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade.

QUADRO 7 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): 28201	
Programa: Ciência, Tecnologia e Inovação	Código: 301
Compromisso⁽¹⁾: 02 - Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do estado	
Iniciativa: 1 - Apoiar financeiramente projetos de pesquisa de natureza científica e tecnológica voltados às demandas da sociedade, reconhecendo e priorizando as áreas mais sensíveis, em especial igualdade racial, de gênero e sexualidades	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5373	Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação
Iniciativa: 2 - Apoiar financeiramente projetos de empreendedorismo de base tecnológica, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de competitividade empresarial	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5420	Apoio a Projeto de Inovação de Competitividade Empresarial
Iniciativa: 4 - Conceder bolsas de pesquisa para a formação de pessoas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5418	Apoio à Formação na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação
Compromisso⁽¹⁾: 03 - Difundir o conhecimento técnico-científico e do empreendedorismo inovador	
Iniciativa: 1 - Disseminar o conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação com ênfase na popularização da ciência e tecnologia	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5682	Apoio à Disseminação do Conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso⁽¹⁾: 4 - Estimular a Interação, a Disseminação e o Desenvolvimento de Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica, com Sustentabilidade	
Iniciativa: 4 - Apoiar financeiramente projetos de pesquisa em tecnologias sociais e ambientais	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5330	Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável
Compromisso⁽¹⁾: 5 - Fortalecer a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado	
Iniciativa: 20 - Apoiar financeiramente a criação e o fortalecimento de parques tecnológicos no interior da Bahia	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5213	Fomento a Projeto na Área de Ciência, Tecnologia e Inovação em Parque Tecnológico

Continua Quadro 7

Unidade Orçamentária (UO): 28201	
Programa: Gestão Governamental	Código: 315
Compromisso⁽¹⁾: 02 - Promover a produção e incorporação de conhecimentos científicos, tecnologias e inovações para aplicação e difusão na Administração, especialmente no ciclo da política pública, mediante articulação de saberes gerados por universidades, instituições e grupos de pesquisa diversos	
Iniciativa: 3 - Fomentar pesquisas para introdução de novas tecnologias na gestão pública	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5214	Fomento à Pesquisa de Novas Tecnologias para Administração Pública
Compromisso⁽¹⁾: 12 - Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, por meio da inovação tecnológica e modernização, com ênfase na compreensão das demandas sociais, simplificação dos processos e personalização do atendimento	
Iniciativa: 11 - Promover a modernização administrativa dos órgãos e entidades públicos	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7950	Modernização de Órgão Público

Fonte: Relatório M&A 004/FIPLAN.

Notas:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ (Referência: Relatório M&A 004/FIPL)

QUADRO 8 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO): 28201										
Programa: 301 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento										
Compromisso: 02 - Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do estado										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 – Diretoria Geral										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual ⁽²⁾	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5373 - Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação	2178 - Projeto de pesquisa em CT&I apoiado	un	50	52	0	52	39.965.720,00	9.255.709,00	8.329.727,55	8.300.387,55
Iniciativa: 1 - Apoiar financeiramente projetos de pesquisa de natureza científica e tecnológica voltados às demandas da sociedade, reconhecendo e priorizando as áreas mais sensíveis, em especial igualdade racial, de gênero e sexualidades										
5418 - Apoio à Formação na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	0534 - Bolsa de CT&I concedida	un	2100	2100	0	2027	55.000.000,00	40.899.082,00	40.844.989,03	40.844.989,03
Iniciativa: 4 - Conceder bolsas de pesquisa para a formação de pessoas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 5 - Diretoria de Inovação										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual ⁽²⁾	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5420 - Apoio a Projeto de Inovação de Competitividade Empresarial	2273 - Projeto de CT&I empresarial apoiado	un	50	50	0	9	7.000.000,00	2.360.218,00	1.522.565,28	1.522.565,28
Iniciativa: 2 - Apoiar financeiramente projetos de empreendedorismo de base tecnológica, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de competitividade empresarial										

Compromisso: 3 - Difundir o conhecimento técnico-científico e do empreendedorismo inovador

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 4 – Diretoria Científica

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual ⁽³⁾	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5682 - Apoio à Disseminação do Conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação	2179 - Apoio em CT&I realizado	un	25	25	0	0	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Iniciativa: 1 - Disseminar o conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação com ênfase na popularização da ciência e tecnologia

Compromisso: 4 - Estimular a Interação, a Disseminação e o Desenvolvimento de Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica, com Sustentabilidade

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 5 – Diretoria de Inovação

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual ⁽³⁾	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5330 - Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	0931 - Projeto de CT&I apoiado	un	10	10	0	9	3.000.000,00	315.000,00	276.000,00	276.000,00

Iniciativa: 4 - Apoiar financeiramente projetos de pesquisa em tecnologias sociais e ambientais

Compromisso: 05 - Fortalecer a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 – Diretoria Geral										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual^{(2) (3)}	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5213 -Fomento a Projeto na Área de Ciência, Tecnologia e Inovação em Parque Tecnológico	2556 - Projeto de CT&I fomentado	un	1	1	0	0	2.315.000,00	0,00	0,00	0,00
Iniciativa: 20 - Apoiar financeiramente a criação e o fortalecimento de parques tecnológicos no interior da Bahia										
5416 - Apoio a Projeto de Infraestrutura de Pesquisa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação	2177 - Projeto de infraestrutura em CT&I apoiado	un	30	30	0	3	10.000.000,00	5.032.294,00	2.630.493,07	2.630.493,07
Iniciativa: 4 - Fomentar projetos de infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, incentivando o compartilhamento de espaços e equipamentos, bem como a criação e a consolidação de laboratórios multiusuários e de análise e certificação de produtos										

Programa: 314 - Segurança Pública e Defesa Social										
Compromisso: 8 - Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil com ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, assim como, atender a situações emergenciais no território baiano para garantir a integridade física do cidadão.										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 – Diretoria Geral										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5365 - Apoio a Ações de Combate à Pandemia da Covid-19	2646 - Ação de combate à Covid-19 apoiada	un	1	1	0	1	0,00	20.000,00	6.153,29	6.153,29
Iniciativa: 1 - Assistir municípios em situação de emergência ou calamidade pública										

Fonte: Fiplan/Relatório M&A011

Nota:

⁽¹⁾ Para cada ação orçamentária descrita deverá ser informado no campo apropriado, a(s) iniciativa a(s) a ela relacionada(s).

⁽²⁾ Algumas ações orçamentárias tiveram meta parcialmente descontinuada em razão de concessão mensal recebida ser insuficiente para viabilizar o lançamento de novos editais: PAOE 5418 (73), PAOE 5420 (41), PAOE 5330

(01). PAOE 5416 (27), PAOE 5214 (12)

⁽³⁾ As metas das PAOE 5682 (25) e PAOE 5213 (01) foram totalmente descontinuadas.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

A Fapesb vem adotando ao longo dos tempos medidas administrativas que visam a melhoria e a eficiência na tramitação de seus processos, portanto, implantou ferramentas gerenciais de controle, tem sido possível monitorar de forma mais eficaz, a celebração dos novos contratos, os termos aditivos, as garantias contratuais, as repactuações contratuais, as solicitações de devolução de valores provisionados nas contas garantia, bem como os pagamentos mensais e demais demandas oriundas dos contratos administrativos celebrados pela Fundação.

Importante ressaltar o ganho de mais transparência e celeridade na tramitação dos processos relativos aos contratos administrativos depois da implantação e utilização do Sistema SEI Bahia em todo o estado. Com o advento dessa inovação tecnológica, tem sido possível acompanhar, controlar e gerenciar de forma mais eficiente, todos os processos gerados pela unidade.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades.

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico		05	02	07	R\$ 1.100.184,00
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal (1)		05	02	07	R\$ 1.100.184,00
Contratação direta					
Dispensa			37	37	R\$ 184.542,02
Inexigibilidade			04	04	R\$ 181.519,60
Adesão às Atas de Registro de Preços			43	43	R\$ 413.394,96
Subtotal (2)		05	84	84	R\$ 779.456,58
Total (1+2)		05	86	91	R\$ 1.879.640,58

Fonte: SIMPAS

Notas:

(1) Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Concluídas no exercício da prestação de contas.

(4) Discriminar outros tipos de licitação.

(5) Discriminar outros tipos de contratação direta.

Conforme análise da Tabela 9, a Fundação contratou por intermédio da Modalidade de Licitação: Pregão (Eletrônico) nº. 28.700-PE002/2021 e nº. 28.700-PE001/2021, os serviços de Atendimento e Suporte ao Usuário de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, no valor global de R\$220.339, e serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, no valor global de R\$879.844,80, totalizando o valor de R\$1.100.184,00.

Nesta senda, com a finalidade de gerenciamento das demandas da Fapesb, ocorreram contratações de serviços e aquisições de materiais, por meio de Dispensa de Licitação (Dispensa Simplificada até R\$17.600,00), Adesão às Atas de Registro de Preços e Inexigibilidade de Licitação, totalizando o valor de R\$660.056,58.

Impende ressaltar a celebração do contrato administrativo nº006/2021, para prestação de serviço de gestão documental, através de Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal nº. 8.666/1993, artigo 59, inciso VI da Lei Estadual nº. 9.433/2005, e Decreto nº. 7.268/1998, no valor global de R\$119.400,00.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	06	1.632.634,44	526.851,21

Fonte: FIPLAN, DAF

Nota: (1) Valor desembolsado no exercício (acumulado). Considera-se desembolsado o valor liquidado.

Conforme Tabela 10, a Fapesb celebrou 06 (seis) novos contratos administrativos, todos de prestação de serviços, com objetos diversos, sendo 02 (dois) deles resultantes de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico (PE Nº 01/2021 para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial presencial armada e PE Nº 02/2021 - para prestação de serviços de suporte à rede de computadores do ambiente de tecnologia da informação e comunicação da FAPESB), 02 (dois) resultantes de saque em Ata de Registro de Preços realizada pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia - SAEB (PE Nº 064/2020 para prestação de serviços de limpeza e conservação por posto de serviço e PE Nº 108/2020 para prestação de serviços de copa e cozinha), 01 (um) através de Inexigibilidade de Licitação (Nº 01/2021 para prestação de serviços de Publicações de Atos Oficiais da Fapesb no Diário Oficial do Estado e 01 (um) através de Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 59, XV, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, para prestação de serviços de gestão documental, compreendendo as atividades de armazenamento e guarda, consulta com reposição e entrega, coleta de documento, e indexação de documentos por caixa, ao custo global da ordem de R\$1.632.634,44 todos apropriados na destinação de recurso 0.100.000000.

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício – Não se aplica

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão			

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado). Considera-se desembolsado o valor liquidado.

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	15	1.190.188,94	409.177,51	2.694.126,11

Fonte: FIPLAN

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

⁽²⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

Em referência a Tabela 12, existem 15 (quinze) contratos administrativos vigentes, firmados em exercícios anteriores, no montante contratado de R\$ 1.190.188,94, e desembolso no exercício 2021 de R\$ 409.177,51.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores - Não se aplica

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão				

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

⁽²⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

QUADRO 9 – Tomadas de contas de contratos de gestão – Não se aplica

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	0	10	02	46.411.714,75	3.573.500,00	41.357.601,75
Outros Ajustes ⁽⁵⁾	0	04	0	30.620.000,00	0,00	25.486.000,00
Total	0	14	02	77.031.714,75	3.573.500,00	66.843.601,75

Fonte: SIGA, FIPLAN

Notas:⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio, mas que possuem outra denominação.

A tabela 14 demonstra que não foram celebrados novos convênios, nem contrato de descentralização de recursos para financiamento de projetos sob a forma de subvenção econômica. Dos 14 (quatorze) Instrumentos de captação em andamento, 10 (dez) são convênios e 04 (quatro) são contratos de descentralização de recursos firmados com entes federais. Dos instrumentos de captação, 02 (dois) tiveram sua vigência encerrada no ano da respectiva prestação de contas.

No exercício de 2021, foram aportados R\$2.436.500,00 referentes a recursos de Partida e de Contrapartida R\$1.137.000,00 totalizando R\$3.573.500,00 das parcerias firmadas, nas respectivas contas específicas dos convênios.

Os valores acumulados dos aportes de partida e contrapartida no exercício citado foram de R\$41.357.601,75 e referentes a recursos de convênios e R\$25.486.000,00 de recursos de contratos de subvenção econômica, totalizando R\$66.843.601,75.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado (R\$)	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	0	3	1	4.362.307,93	329.600,00	1.562.474,00
Termo de Outorga (bolsa)	1.742	845	2.096	119.344.706,68	40.906.836,66	141.626.529,61
Termo de Outorga (Projetos)	82	215	80	66.797.398,77	11.271.992,18	46.228.995,18
Contratos	0	23	27	16.211.503,89	1.074.020,76	6.390.990,57
Total	1824	1086	2.204	206.715.917,27	53.582.449,60	195.808.989,36

Fonte:SIGA, FIPLAN

Notas:⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

⁽⁶⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

Pelas características do objeto da Fapesb, os instrumentos de repasse fazem parte de sua ação operacional e são utilizados para transferência de recursos da Fundação aos pesquisadores, bolsistas e instituições de ciência, tecnologia e inovação localizadas no estado da Bahia. Dessa forma, as ações administrativas são realizadas no sentido de melhoria contínua da atuação da Fundação.

Importante salientar que o processo existente para a gestão de bolsas é diferente dos processos utilizados para os outros 03 (três) instrumentos descritos na tabela 15, pois envolve particularidades típicas desse tipo de fomento. Assim, descreveremos as ações realizadas para a melhoria da gestão de bolsas em separado daquelas realizadas para outros instrumentos.

No processo de gestão de bolsas foi aprovado pelo Conselho da Fapesb, através da Resolução Fapesb Nº01/2021, a prorrogação das bolsas de mestrado e doutorado por mais 90 dias, devido aos atrasos causados pela pandemia do COVID-19 (publicada na página eletrônica da FAPESB). Foi intensificada a cobrança dos relatórios atrasados dos bolsistas, reduzindo significativamente o número de inadimplentes e, ainda, aprovou-se no Conselho da Fapesb, através da Resolução Fapesb Nº04/2021 (publicada na página eletrônica da Fapesb), proposta de incentivo à antecipação da conclusão dos cursos de Mestrado e Doutorado que pode levar a uma economia para o Estado no médio e longo prazo. Esse percentual pode ser de até 69% dos valores a serem pagos no último ano de cada bolsa de Doutorado ou Mestrado.

Na gestão dos outros instrumentos da tabela 15, foi estabelecido um cronograma anual para a realização de Visitas Técnicas e implementada a Visita Técnica on-line, reduzindo custos com deslocamento e as horas de transporte da equipe. Foram realizadas 67% das visitas planejadas, sendo que o terço restante não ocorreu devido a desencontros de agenda entre pesquisadores e a equipe FAPESB, além da pandemia que manteve alguns centros fechados.

Registra-se, ainda, que o número de instrumentos encerrados (tabela 15) é sempre maior do que o de iniciados, desde 2019, configurando uma política da atual direção de adequação da sua capacidade operacional, sem comprometer a sua ação. O pequeno aumento nos Termos de Outorga (projetos), foi compensado pela redução muito maior de convênios e contratos.

QUADRO 10 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	7
Em andamento (2)	0
Concluídas (3)	13

Fonte: Fapesb/DG/Controle Interno - CCI

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

Conforme é do conhecimento desse Tribunal, a Fapesb enfrenta dificuldade para Instauração de Tomada de Contas por falta de quadro efetivo suficiente para a formação de comissões. Também é do conhecimento desse egrégio TCE que a Fundação vem, reiteradamente, solicitando a realização de concurso público às instâncias deliberativas do estado, sem sucesso. Contudo, na tentativa de acelerar

as atividades e atender a legislação, a atual Diretoria instituiu, mediante portaria nº 076/2019 no DOE de 10 de outubro de 2019, uma comissão permanente para a realização de Tomada de Contas Especial.

Neste exercício de prestação de contas, conforme se depreende da análise do Quadro 10, foram instaurados 20 processos, sendo 13 (treze) encerradas em 2021 e 7 (sete) ainda não concluídas.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração – não se aplica

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso (5) (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação						
Termos de Fomento						
Termos de Colaboração						
Total						

Fonte:

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Considera-se desembolso o valor liquidado.

QUADRO 11 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração – Não se aplica

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	

Fonte:

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 12 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias			
Processos administrativos disciplinares			

Fonte:

Notas:

(1) Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

No ano de 2021, não houve publicação de portaria instaurando processos de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

4.2 Área patrimonial

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial(R\$)	Entradas(R\$)	Saídas(R\$)	Saldo final(R\$)
Bens de consumo	70.339,14	41.263,29	57.615,06	53.987,37
Bens permanentes	16.991.335,95	157.414,85	172.095,81	16.976.654,99
Total	17.061.675,09	198.678,14	229.710,87	17.030.642,36

Fonte: SIMPAS, SIAP

Quanto aos bens permanentes, se observou que ao longo da execução do exercício findo de 2021, houve uma mutação patrimonial de R\$157.414,85, bem como a depreciação atingiu um montante acumulado R\$15.815.390,42.

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno							
Fazenda							
Edificação	01						01
Barragem							
Adutora							
Total	01						01

Fonte: Relatório da Comissão

QUADRO 13 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
A comissão de inventário designada para proceder com a contagem física dos itens existentes no Almoxarifado, concluiu não haver divergência e, sim, regularidade nos controles dos bens de consumo da FAPESB.	-	-

Fonte: Relatório de Comissão

Nota:

(1) Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
A comissão de inventário designada para proceder com a apuração, concluiu que deverá ser realizado no exercício subsequente, o acompanhamento intensificado nos bens provenientes de convênios -, lotados em unidades externas pertinentes às áreas de saúde, tecnologia, ciência e inovação.	-	Elaborar o plano e proceder com a visita técnica de modo presencial.

Fonte: Relatório de Comissão

Nota:

(1) Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

5 ÁREA DE PESSOAL

5.1 Análise da gestão de pessoal

A Fundação foi criada em 2001, por força da lei nº 7.888/2001 com alteração pela lei nº. 10.216/2006, com um quantitativo de 44 (quarenta e quatro) cargos comissionados. Entretanto, 02 (dois) cargos foram extintos. O primeiro, de diretor, símbolo DAS-2B, extinto por força do decreto de reforma administrativa do governo do estado (Lei nº 14.032/2018); e o segundo, de procurador jurídico, símbolo DAS2C, em razão da assunção da PGE na Fapesb em 2019. Totalizando, assim, 42 (quarenta e dois) cargos comissionados, sendo que existem 04 (quatro) cargos bloqueados, e apenas 38 (trinta e oito) cargos ocupados.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2020	2021
Servidores da UJ/Empregados da UJ		INCT
Efetivos	01	01
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	0	0
Subtotal	01	01
Outros		
REDA	0	0
Prestação de Serviço Temporário (PST)	-	-
De outros órgãos à disposição da UJ	03	03
Subtotal		
Total	04	04

Fonte: Sistema SAP/ RH BAHIA

Nota: "Empregados da UJ" e "Prestação de Serviço Temporário (PST)" quando se tratar de Estatais Dependentes.

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2020	2021
Com vínculo	01	01
Sem vínculo	41	41
Total	42	42

Fonte: Sistema SAP / RH BAHIA

TABELA 21-A – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2020	2021	
Servidores	3.730.671,06	3.961.425,43	5,83%
REDA	0	0	
Total	0	0	

Fonte: Regimento da Fapesb e Lei nº Lei nº 14.032/2018 – Reforma administrativa

TABELA 21-B – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais - Não se aplica

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2020	2021	
Empregados			
Diretores			
Membros do Conselho de Administração			
Membros do Conselho Fiscal			
Total			

Fonte:

TABELA 22 – Detalhamento da remuneração dos diretores - Não se aplica

Descrição	Total	
	2019	2020
Remuneração dos diretores		
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)		
a) salário ou pró-labore		
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da remuneração (I + II)		

Fonte:

QUADRO 15 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	9
REDA	0
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	0
Cargo comissionado	9
REDA	0
Disponibilização	
De outros órgãos	03
Para outros órgãos	0
Aposentadoria	0

Fonte: Publicações através de decretos e portarias publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia.

6 CONTROLE INTERNO

A Fapesb utiliza internamente um sistema gerencial denominado Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa - SIGA, o qual possui em sua base de dados: os editais lançados pela Fundação; os instrumentos legais (com data da vigência, data da publicação, plano de aplicação, cronograma de desembolso); informação sobre pagamentos; aditivos; e prazos para prestação de contas financeira e técnica.

Como mecanismo de melhora de controle interno, a Fundação encontrava-se em processo de implantação de uma nova plataforma de gestão eletrônica para acompanhamento dos projetos, seguindo a padronização adotada por outras fundações de amparo à pesquisa em substituição ao atual sistema SIGA, onde o processo de implantação foi bastante prejudicado pela situação de excepcionalidade de saúde pública causada até hoje pela pandemia COVID-19.

A Fapesb alimenta, utiliza e consulta os seguintes sistemas externos: FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças; SEI Bahia - Sistema Eletrônico de Informações; RH Bahia – Portal de Serviços; GCC – Gestão de Contas de Consumo Público; SICONV – Sistemas de Convênios; Banco do Brasil; Portal da FINEP; Portal da Receita Federal – DCTF, IRPJ, SEFIP e INSS; Portal da Prefeitura -LOEFAZ – Apropriação de Custos Públicos FIPLAN; Mirante (TCE); Compras NET; SIMPAS – Controle de Compras e Almoxarifado; SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio; Folha de Pagamento – Sistema PRODEB; SISCT – Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde; Plataforma Carlos Chagas; Portal CAPES.

Diante das exigências da Legislação e de acordo com as recomendações do TCE, a Fundação vem aperfeiçoando seus controles, através:

- Do planejamento orçamentário e financeiro de acordo com o PPA e LOA;
- Da escuta da Comunidade CT&I e entidades do Governo interessadas, antes do lançamento de editais e estabelecimento de acordos e repasse de recursos para ações de CT&I;
- Da existência de um trâmite interno para validação de editais e chamadas públicas pela Diretoria Específica, Assessoria de Planejamento, Controle Interno, Programa de Bolsas, Setor de Convênios, PGE e Diretor Geral - DG;
- Da avaliação de propostas submetidas aos editais e chamadas públicas por pesquisadores especialistas das diversas áreas do conhecimento vinculados a instituições de ensino, pesquisa e inovação de fora do estado da Bahia e de acordo com um barema de avaliação garantindo assim, impessoalidade ao processo;
- Da verificação de adimplência e de adequação do plano de aplicação de recursos, antes da geração do Instrumento legal (Termo de Outorga, Convênio e Contratos), o qual é assinado e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE;
- Da liberação do recurso em parcelas, visando um melhor acompanhamento da execução dos projetos;
- Da exigência da apresentação de prestação de contas técnica e financeira, parcial e final, bem como da liberação da parcela subsequente estar condicionada a apresentação da referida prestação de conta;
- Da exigência de que qualquer alteração do plano de aplicação seja submetida à análise e aprovação da Fapesb;

- Da realização de visitas técnicas por amostragem, além de seminários parciais e finais, que possibilitam a divulgação dos projetos apoiados pela Fapesb para o público externo e que funcionam como uma prestação de contas à sociedade dos projetos realizados pelos pesquisadores com os recursos recebidos;
- Da avaliação pelo Setor de Prestação de Contas de Repasse das prestações de contas financeiras (parciais e final) dos projetos;
- Da avaliação, quanto ao mérito, de relatórios técnicos (parciais e final) dos projetos pela Fapesb através de suas Diretorias Científica e de Inovação ou, a depender do projeto, por avaliadores ad hoc;
- Da prestação de contas aos entes parceiros nos casos de recursos provenientes de convênios de captação;
- Da suspensão do pagamento mensal de bolsas na situação de inadimplente;
- Do procedimento, em casos de inadimplência, da cobrança da prestação de contas através de e-mail e carta registrada para o beneficiário com cópia para o representante máximo da sua instituição de vínculo. Se mesmo assim, a situação se mantiver inalterada, instaura-se Tomada de Contas e abre-se ação de cobrança judicial;
- Da exigência da alimentação constante dos bancos de dados da Fapesb pelos seus técnicos, lançando as informações nos diversos sistemas utilizados com cuidado e fidedignidade;
- Do empenho da Fapesb para cumprir os prazos estabelecidos em lei.

QUADRO 16 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
DAF/Contratos	Pregão - OT AGE nº. 003/2016
DAF/Contratos	Contratos – OT AGE nº 002/2016
DAF/Contratos	Pagamento por Indenização – OT AGE nº 004/2020
DAF/Contratos	Gestão patrimonial – OT AGE nº 001/2021
DAF/Convênios	Convênios – OT AGE nº 003/2015

Fonte: DAF, SIMPAS, FIPLAN.

Nota

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 17 – Determinações/recomendações do TCE/BA

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º 11362/22019		
Atraso no repasse de recursos pela Fapesb - continuar com as tratativas com a SEFAZ para aumentar a sua execução orçamentária e financeira, e envidar esforços para analisar com mais celeridade as prestações de contas para liberação das parcelas seguintes.	A FAPESB estabeleceu, em conjunto com a SECTI, um acordo junto à SEFAZ, para o exercício de 2020 de repasses visando à regularização do seu passivo e para as novas ações planejadas. Durante os três primeiros meses do ano em curso, a SEFAZ cumpriu com o acertado, tanto que reduzimos o nosso passivo em cerca de R\$ 7 milhões de reais. Com o advento da publicação do Decreto nº 19.551 de 20 de março de 2020 – que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de custeio e de pessoal, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, ficamos temerários em não conseguir dar continuidade às ações planejadas, mais atingimos o objetivo e estamos com o passivo apto regularizado.	Mesmo com a continuidade das medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de custeio e pessoal, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID – 19 alcançamos o objetivo, regularização do passivo apto.
Ausência de análise da Prestação de Contas Final - Revisão dos procedimentos internos de análise das prestações de contas em tempo hábil, de forma a cumprir o que determina a Resolução TCE nº 144/2013, considerando-se que o decurso do tempo pode gerar perdas financeiras.	O Setor de Prestação de Contas recebeu o reforço para auxílio nas atividades administrativas de 03 (três) colaboradoras do Programa Primeiro Emprego. Novos Formulários de Prestação de Contas estão sendo elaborados, para melhoramento das análises das contas, bem como, melhor compreensão do preenchimento dos formulários por parte do pesquisador.	Os atrasos ocorrem por fatores que transcendem a atuação dos gestores. A Fapesb vai continuar envidando esforços ao máximo no que concerne a sua capacidade operacional. A situação de excepcionalidade causada pela COVID-19 e a pandemia, vem sendo mais um fator adverso, limitando as ações.
Fiscalização inadequada em decorrência da não realização de visitas in loco aos projetos - Estruturação da área responsável pela fiscalização dos instrumentos, de forma a viabilizar visitas técnicas aos locais onde são desenvolvidos os projetos.	A Fapesb entende a importância da avaliação baseada não somente na análise de relatórios técnicos, mas também em procedimentos avaliativos complementares, incluindo visitas técnicas, seminários e/ou workshops. O quantitativo insuficiente de pessoal da Fundação, e a pandemia covid-19 nos impediria de realizar visitas in loco, sendo assim, a Diretoria de Inovação propôs que realizássemos visitas técnicas virtuais, no qual consta a base legal pertinente, o método, e as orientações necessárias para implantação da proposta piloto. A partir dessa, programamos a realização de 52 visitas técnicas virtuais. Tendo em vista que a realização das visitas, tal qual naquelas realizadas in loco, depende da disponibilidade dos proponentes e da equipe técnica da Diretoria, algumas tiveram de ser reprogramadas. Desta forma, foram realizadas em 2021 35 visitas, portanto, 67% das visitas programadas. As visitas não realizadas foram reprogramadas para 2022, as quais estão previstas o início da realização a partir de março.	A Fapesb vai continuar envidando esforços ao máximo no que concerne a sua capacidade operacional. A situação de excepcionalidade causada pela COVID-19 e a pandemia, vem sendo mais um fator adverso, limitando as ações.
Processo TCE n.º		
Ausência de cotações de preços dos bens e serviços adquiridos - Exigir das empresas contratadas a cotação, de no mínimo três empresas de forma a atender aos princípios da	O Setor de Prestação de Contas solicitou às Empresas Contratadas a apresentação das cotações.	Acatamos a determinação do TCE.

<p>economicidade e eficiência, conforme preceitua o Decreto Estadual nº 9.266/2004 e o Manual da Empresa Contratada da Fundação.</p>		
<p>Divergência entre os valores lançados no Anexo 1 (Despesas Salariais para Novas Contratações) e os valores constantes nos extratos bancários - Aperfeiçoe o seu controle interno de forma a identificar tempestivamente as situações ora relatadas que infrinjam, não apenas a legislação aplicável como também as orientações constantes no próprio Manual da Empresa Contratada, editado pela Fapesb.</p>	<p>O Setor de Prestação de Contas solicitou às Empresas Contratadas Relação de Pagamentos descrevendo as despesas que não foram relacionadas.</p>	<p>Acatamos a determinação do TCE.</p>
<p>Ausência de instauração de Tomada de Contas- Elaborar um Plano de Ação para a instauração e conclusão das Tomadas de Contas e o devido encaminhamento legal ao TCE, conforme § 2º do artigo 10 da Resolução TCE nº 144/2013.</p>	<p>Foi elaborado o Plano de Ação. Instaurada até o momento, 20 (vinte) Tomadas de Contas, sendo 13 (treze) concluídas, e 07 (sete) em andamentos.</p>	<p>Acatamos a determinação do TCE.</p>

Fonte: :TCE n.º 011362/2019.

QUADRO 18 – Recomendações dos demais órgãos de controle – Não Ocorrência

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria (Aplicável para Autarquias e Fundações Públicas)			
Trabalhos realizados por auditores privados (aplicável para Estatais Dependentes)			

Fonte:

Salvador, 28 de Fevereiro de 2022.